



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA**

Transcrição da 144ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de maio de 2018

1 Em 10 de maio de 2019, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (URC TMAP) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na Sede Regional do Sisema -
4 Praça Tubal Vilela, 03, Centro, Uberlândia/MG. Participaram os seguintes
5 membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Edno César da
6 Silveira, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
7 Sustentável (SEMAD). Representantes do Poder Público: Gilberto Carlos
8 de Freitas, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
9 Abastecimento (SEAPA); José Carlos da Silva, da Secretaria de Estado de
10 Planejamento e Gestão (SEPLAG); Carla Vieira Alvarenga, da Secretaria
11 de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Carlos Alberto Valera, do
12 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); 1º Tenente PM
13 Patrício Renato Ferreira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
14 (PMMG); Representantes da Sociedade Civil: Thiago Alves do
15 Nascimento, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
16 (FIEMG); Eduardo Monteiro Correa, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Moisés Inácio Franco, da
18 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
19 (FETAEMG); Decrie Polastrine, da Associação das Indústrias
20 Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG); Eurípedes Luciano da Silva
21 Júnior, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro
22 (ANGÁ); Antônio Geraldo de Oliveira, da Associação dos Agentes
23 Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social
24 (Neoambiente). Presidente Edno César da Silveira: “Atenção, nós já
25 estamos com quórum e vamos iniciar a nossa reunião. Essa será a 144ª
26 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto
27 Paranaíba do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Hoje,
28 dia 10 de maio de 2019, são 9:11hs. Meu nome é Edno César Silveira, sou
29 Analista Ambiental do IEF, lotado em Uberaba. E fui nomeado pelo
30 Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD para presidir essa reunião
31 de hoje. Para iniciarmos, convido a todos que, de pé, acompanhem a
32 execução do Hino Nacional Brasileiro.” **1. EXECUÇÃO DO HINO**
33 **NACIONAL BRASILEIRO. 2. ABERTURA.** Presidente Edno César da
34 Silveira: “Bom dia a todos e que Deus nos abençoe para uma reunião com
35 sucesso e tranquilidade. Para abertura da reunião, vou ler o memorando
36 do Subsecretário Diogo Soares de Melo Franco. Memorando SEMAD nº

21/2019. Belo Horizonte, 2 de maio de 2019. Assunto: indicação para presidir a 144ª Reunião Ordinária da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Processo de referência nº 1370.01.0005155/2019-92. Senhores conselheiros, 'Diante' – desculpa – 'Diante da impossibilidade de comparecimento do titular e 1º Suplente, representantes da SEMAD junto à Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme composição estabelecida pela deliberação COPAM nº 1005/2016, indico o Senhor Edno César da Silveira, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para presidir a 144ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que será realizada no dia 10 de maio de 2019, a partir das 9:00hs no município de Uberlândia, Minas Gerais. Atenciosamente, Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba'." **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Edno César da Silveira: "Abro no item 3, o Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais." Conselheiro Thiago Alves do Nascimento: "Bom dia mesa diretora, nobres colegas do nosso conselho, os técnicos presentes, as empresas. Gostaria só de constar que foi feito no dia, foi realizado no dia 23 de abril, aqui na sede da nossa FIEMG regional, uma capacitação para indústria sobre o MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos – e a FIEMG tem trabalho em parceria com a SEMAD para buscar a capacitação e informação para as indústrias sobre esse assunto específico, sobre a DN. Nós vamos fazer um treinamento e, caso seja necessário, nós podemos fazer esse treinamento *in company*. Então, a empresa procurou aqui na Supram, pediu alguma ajuda, tem alguma dúvida, nós estamos à disposição lá para ajudar em parceria para poder orientar as empresas. Muito obrigado e bom dia." Presidente Edno César da Silveira: "Obrigado, Conselheiro. Mais alguém?" **4. EXAME DA ATA DA 143ª RO DE 08/02/2019.** Presidente Edno César da Silveira: "Então passamos ao item 4, Exame da Ata da 143ª Reunião Ordinária do dia 08/02/2019. Que manifeste alguém que seja contrário, ou ela poderá ser considerada aprovada." Conselheiro Carlos Valera: "Abstenção." Conselheiro Willian Pereira Rodrigues: "Abstenção." Conselheiro Gilberto Carlos de Freitas: "Abstenção também." Conselheiro Tenente Patrício Renato Ferreira: "Abstenção." Presidente Edno César da Silveira: "Ok. Aprovado por maioria." **5. AÇÕES E RESULTADOS DO NÚCLEO DE CONTROLE AMBIENTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - NUCAM TMAP. APRESENTAÇÃO: SUPRAM TMAP.** Presidente Edno César da Silveira: "Item 5, Ações e Resultados do Núcleo de Controle Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, NUCAM, apresentação Vanessa, Coordenadora do núcleo. Com a palavra." Vanessa Frasson, Nucam TMAP: "Bom dia a todos. Para quem ainda não

me conhece, meu nome é Vanessa Frasson, eu estou respondendo pela Coordenação do Núcleo de Controle Ambiental e vou apresentar para vocês aqui, bem rapidamente, as nossas ações e resultados nesses dois anos e seis meses da criação do núcleo. Acho que vou apagar aqui para ficar melhor para ver. Pessoal, então nessa primeira parte da apresentação, falar para vocês sobre a criação de Núcleo de Controle Ambiental que se deu em 2016, e ela surgiu de uma demanda da própria sociedade, da própria SEMAD, que verificou a necessidade de ações mais planejadas na fiscalização de empreendimentos que já tinham licença concedida. Então, esse primeiro slide, ele mostra que o Núcleo de Controle Ambiental, ele está dentro da SEMAD – eu vou chegar mais perto aqui para eu ver também – ele está dentro da SEMAD, dentro da SUPRAM, da Diretoria de Fiscalização, e hoje a diretoria de fiscalização ambiental, ela coordena dois núcleos, que é o Núcleo de Controle Ambiental e o Núcleo de Denúncias e Requisições. Então, quais que são as competências do Núcleo de Controle Ambiental? Primeira delas é fazer o acompanhamento do sistema de controle ambiental dos empreendimentos que já possuem licença concedida. Não basta ter a licença. Como que esse empreendimento está funcionando? Então, o sistema de controle ambiental dele estão com desempenho? E a gente faz então esse acompanhamento através do Plano Anual de Fiscalização. Eu vou falar para vocês um pouquinho mais para frente como que é elaborado esse Plano Anual de Fiscalização, mas no ano de 2019 nós temos 30 empreendimentos nesse planejamento. A gente também faz o acompanhamento das condicionantes, do cumprimento das condicionantes; a lavratura dos Autos de Infração, se for necessário; preenchimento no sistema de controle ambiental; a gente tem o sistema de fiscalização do sistema de denúncia; tem o sistema CAP, que é o sistema de controle de Autos de Infração; tem o SIAM; e a gente tem outros sistemas também que são auxiliares, sistemas de ofícios, e outros sistemas de acompanhamento, e aqui, só para ver como que chega essas demandas para a gente. Então no primeiro fluxograma aqui, de onde que vêm as demandas. Então a gente tem demanda da Promotoria, tem demanda direto do cidadão, temos demanda de dentro da SUPRAM também, algum apoio, alguma fiscalização, Termo de Ajustamento de Conduta. E aí a gente faz esse acompanhamento dessas demandas e dos empreendimentos do Plano Anual de Fiscalização. Essa fiscalização, ela pode ser efetuada tanto pelo Núcleo de Controle Ambiental quanto pela Diretoria de Regularização Ambiental, caso o empreendimento esteja com processo em análise técnica, pela Diretoria de Fiscalização, caso o empreendimento não tenha licença concedida ou dependendo da modalidade, se for um não passível de licenciamento, uma autorização ambiental de funcionamento, e também outras diretorias específicas. A

gente tem dentro da SEMAD outras diretorias de fiscalização, de fauna, de recursos hídricos. E depois desse acompanhamento, se tiver os Autos de Infração, então vai para o processamento, que é feito pelo NAI e pela DAINF. Esse é o histórico da criação do núcleo desde 2016 até hoje, são exatos 2 anos e 6 meses, e a gente vai verificar que a gente começou com uma demanda aqui pequenininha, chegou a ter até 40 demandas. Essas demandas, elas são, em sua maioria, a gente vai verificar que é requisição da Promotoria. E hoje nós temos 21 requisições em aberto para serem atendidas. São requisições que requerem uma análise técnica bem prolongada e bem criteriosa, então, às vezes, a gente pega empreendimentos aí com 6 anos de licença para olhar condicionantes, não é uma coisa que a gente faz, assim, em uma semana. Então a gente faz todo acompanhamento, a localização de protocolos, a verificação de cada laudo técnico. Então são 21 requisições em aberto, dessas 21 requisições, acho que, se eu não me engano, são 8 para verificar cumprimento de condicionante de empreendimentos, a maioria de grande porte, e temos 17 empreendimentos do PAF ainda para serem analisados. A média de entrada nossa é de 5.51 demandas por mês, isso quer dizer, mais ou menos 4.38 requisições, isso quer dizer levando em consideração esses 2 anos e 6 meses, e quase uma denúncia por mês. E aí, o quê que a gente vai verificar? 75% das demandas que a gente já respondeu, foram da Promotoria. O quê que é a nossa orientação? É que a gente consiga conciliar as demandas externas, extraordinárias, na verdade não é só da Promotoria, aqui tem mais, tem da Promotoria, tem denúncia de cidadão também. Então a gente já fiscalizou 116 empreendimentos e 25% a gente conseguiu fazer de demanda planejada. O ideal é que a gente conseguisse fazer 50 e 50%, 50% planejada e 50 atendimentos de Promotoria. Mas só que como o núcleo já chegou com bastante demanda, a gente está fazendo esse acompanhamento. Lembrando que nós somos apenas 3 servidores, eu sou Engenheira Ambiental, com mestrado em Engenharia Civil; temos o João, que ele é Químico, faz Engenharia Química; hoje a gente tem o Alencar, que é Engenheiro Agrônomo e Florestal, e estamos também ganhando mais uma servidora, que vai substituir um dos técnicos nossos, que é Bióloga. Então a gente vai compor a equipe agora com uma Bióloga também. E são aí todos os municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Se eu não me engano, são 69, para a gente fazer esse acompanhamento. Então aí a gente vê que já respondemos 99 demandas da Promotoria, 17 denúncias nesse período e conseguimos fazer ainda 36 acompanhamentos, que não estavam em nenhuma requisição ou denúncia ou outra demanda. Por quê que isso é importante? Porque o empreendedor, ele tem que ter certeza que ele vai ser fiscalizado. Não basta ter a licença ambiental. Isso é um compromisso dele com a licença dele e com a sociedade, então ele tem

166 que ter certeza. E a gente já verificou uma mudança de comportamento
167 nas empresas, sabendo que existe a fiscalização no pós-licenciamento. O
168 perfil da fiscalização hoje, a maioria das nossas fiscalizações são em
169 atividades da listagem G, que é agrossilvio, até por conta de a gente ter
170 um Agrônomo na equipe, e também por conta das demandas que a gente
171 tem, então a gente direciona também pelo perfil dos técnicos, e se tiver
172 uma demanda muito diferente daquela da nossa formação, a gente pede
173 um apoio para as outras diretorias. A segunda – opa, perdão – a segunda
174 aqui é da listagem F, que é de serviços, então a gente também tem uma
175 demanda grande por fiscalizações de postos de combustíveis, prestação
176 de outros serviços, que existe também muito na região. E a terceira aqui
177 demanda maior, é dos empreendimentos das atividades de indústria
178 alimentícia, laticínio, frigorífico, que são aquelas também que se a gente
179 for verificar, gera uma quantidade maior de efluente líquido, tem emissões
180 atmosféricas. Então é interessante que a gente faça esse
181 acompanhamento desses sistemas de controle. E aqui é o quê que é
182 interessante a gente verificar? Por tipo de demanda e por demandante, a
183 gente vai verificar que nas barrinhas verdes, aquelas que foram
184 fiscalizações que não tiveram Auto de Infração e aquelas que tiveram Auto
185 de Infração. A gente vê que, às vezes, a gente está atendendo uma
186 demanda que não necessariamente constatou-se uma irregularidade e que
187 quando a gente está fazendo um atendimento planejado de controle
188 ambiental ou de extraordinária, que é aquela fiscalização, por exemplo,
189 ‘Estou passando na rodovia, vi um problema, eu vou fazer uma
190 fiscalização que não foi demandada por ninguém, mas eu verifiquei que
191 houve uma irregularidade’. Então a gente verifica que nessas situações, a
192 quantidade de irregularidades ainda está maior que a quantidade de Autos
193 de Infração já lavrados. E aqui, essa parte que eu coloquei, que eu acho
194 muito importante a gente discutir porque esses Autos de Infração que
195 estão sendo lavrados, eles vão ser processados, vão ser julgados e vão
196 chegar aqui para os senhores e senhoras avaliarem e fazer a decisão. E a
197 gente, nós do Núcleo de Controle Ambiental, temos identificado que
198 existem algumas informações importantes para serem passadas para os
199 empreendedores, que eles podem atuar de maneira a evitar as infrações,
200 porque a principal infração que a gente vê aqui é o descumprimento de
201 condicionantes ou cumprimento fora do prazo. O quê que acontece? Às
202 vezes o empreendedor, ele não entende qual é o prazo que ele tem para
203 cumprir, e ele acha que simplesmente protocolando, ele já cumpriu. Mas, o
204 decreto, ele traz a previsão que tanto quem descumpre quanto quem
205 cumpriu fora do prazo, está infringindo a legislação. Às vezes é 1 dia de
206 atraso, 2 dias de atraso, porque a gente tem uma legislação que fala dos
207 prazos processuais, e isso é importante que ele entenda que ele pode
208 evitar isso com uma medida muito simples, que é a informação. Então o

209 descumprimento de condicionantes sem poluição ambiental, esse
210 descumprimento de condicionante é 27% de tudo que a gente já fez, sem
211 poluição. O segundo é instalar ou ampliar sem licença. A gente verifica
212 muito também que o empreendedor, às vezes, a gente chega para
213 fiscalizar a atividade e ele ampliou. Então, de quantidade aí já 12% já
214 representou isso, que o empreendedor, ele ampliou a atividade sem ter
215 passado por um procedimento de regularização, e muitas vezes ele nem
216 sabe. Na DN antiga tinha aquele código que era por número de
217 funcionários, a gente chegou na fiscalização, a licença era com parâmetro
218 de 300 funcionários, ele tinha 700 funcionários. Então ele tinha que passar
219 por um procedimento. Lógico que aumentando a sua quantidade de
220 funcionários é porque aumentou a produção. Hoje a gente já tem isso
221 corrigido e não tem mais esse parâmetro na DN. E também 11% é por
222 descumprir determinação do COPAM. Então a gente vai ver deliberação
223 normativa, antiga 116, que era dos laboratórios, e hoje é a 216 – 216? É –
224 e a gente vê aqui que ela não é uma novidade. Essa deliberação, ela
225 começou a ser pensada em 2005, e a maioria dos empreendedores ainda
226 está descumprindo essa deliberação, que é a de buscar um laboratório
227 acreditado e homologado para apresentar os resultados. Então tem essa
228 questão, e tem a DN 108 de postos de combustíveis, a própria Deliberação
229 Normativa nº 1/2008, que é de recursos hídricos. Então, todas elas
230 tipificam esse código. Então já foram 144 Autos de Infração e a gente vê
231 que a maioria deles dá para ser corrigido com informação pelo
232 empreendedor. E aí até um apelo de a gente passar para vocês e vocês
233 replicarem para eles também, como representantes deles, que vocês são,
234 aqui no COPAM, para que isso possa ser repassado. E aí a gente tem
235 outras penalidades, que são aquelas realmente de causar poluição,
236 descumprir condicionante com poluição, então a nossa intenção do Núcleo
237 é realmente que a gente, nossa intenção não é chegar no empreendimento
238 e multa-lo. Além de fazer todo procedimento da verificação, é que ele
239 tenha informação para saber as suas obrigações, e a maioria dessas
240 informações está no Parecer Único. Então é realmente enfatizar que ele
241 tenha conhecimento dessas obrigações. E o nosso Plano Anual de
242 Fiscalização, ele é elaborado de acordo com o procedimento. Hoje a gente
243 tem que fiscalizar empreendimentos de preferência que tenham de 2 a 4
244 anos de licença concedida, mas nada nos impede de ir em
245 empreendimentos que tenham mais ou menos tempo. O ideal é que a
246 gente vá a partir do segundo ano, até para ele ter certeza de que haverá
247 uma fiscalização ambiental e ele fazer já desde o começo as coisas de
248 modo adequado. E esse Plano de Fiscalização hoje, ele está, em 60%
249 dele ainda está aberto, que é o que a gente ainda está por fazer durante 1
250 ano. E também tem aquela questão que dentre os critérios do Plano Anual
251 de Fiscalização, a gente vistoriar aqueles que já têm histórico de poluição.

E também os que têm maior parte e potencial poluidor, que é aqueles que realmente poderiam causar maior impacto ambiental. E o nosso planejamento, que a gente gostaria muito de passar para vocês e contar com o apoio de todos, é que está previsto agora para maio e junho a primeira fiscalização preventiva, que o Núcleo de Fiscalização, junto com a diretoria de fiscalização, vai elaborar. E o quê que é essa fiscalização preventiva? Nada mais é do que chamar os empreendedores até a SUPRAM para que eles tenham essas informações e possam, de posse delas, mudar a sua postura diante daquilo que eles poderiam estar fazendo de inadequado. Então é compreender e interpretar as condicionantes ambientais, os seus prazos e cumprimentos conforme a Lei Estadual 14.184, que é a que fala dos prazos processuais. Às vezes chega um empreendedor e fala: 'Nossa, mas foram só três dias', mas nós, enquanto fiscais, não temos autonomia para diferenciá-lo de outro que atrasou por 1 mês, 2 meses. E em 3 dias talvez a gente conseguisse evitar um dano ambiental. Então aqui compreender quando que começa a contar o prazo da condicionante dele. Sempre vai estar no parecer único. A partir do Decreto 47.383, passou a ser da publicação da licença no Diário Oficial, mas a gente ainda tem licenças que o prazo conta da entrega do certificado. E também fomentar o uso do SEI, e aqui eu até coloquei um desenho de duas pessoas aqui correndo com suas malas para protocolar na SUPRAM. Não tem essa necessidade mais, porque da casa dele, ele pode fazer o procedimento, usar o SEI, que está disponível desde 1º de agosto de 2018, para poder protocolar da casa dele o documento. Então é fomentar esse uso, porque, às vezes, a pessoa sai lá de Iturama, lá de Carneirinho para vir aqui, gasta combustível, pega senha para poder protocolar condicionante no prazo, e às vezes ele não está sabendo ainda que ele pode hoje protocolar através do SEI. E aqui tem até o site, na própria SEMAD explica direitinho, tem o manual do usuário para que ele possa também ter as orientações para poder fazer adequadamente esse protocolo. A gente vai falar também na fiscalização preventiva, trazendo essas informações. Pôr a gente ter tido esse diagnóstico de maior quantidade de Autos de Infração relacionados com descumprimento ou cumprimento fora do prazo e descumprimento das deliberações normativas, principalmente a de laboratórios, 216, a gente fala bastante dela e fala também sobre a pessoa, o responsável técnico interpretar esses resultados, porque às vezes chega resultado aqui para a gente que está totalmente fora do parâmetro e a pessoa não sabe fazer interpretação se aquilo está dentro ou fora. Para nós o interessante, mais do que protocolar no prazo, é ele identificar se está causando poluição ou não e já tomar uma medida. Não adianta ele simplesmente 'Fiz tudo correto', procedimento administrativo todo correto, e aí chega aqui e a gente vê que os parâmetros estão totalmente fora. Então a gente falar dessas

legislações, sobre a de ruídos, de emissões atmosféricas, de efluente líquido, para que ele possa interpretá-las e, principalmente, na constatação de uma irregularidade, ele tomar a medida corretiva o quanto antes. E falar também, a gente prevê também falar sobre as principais irregularidades e infrações que a gente já constatou, tanto no Decreto 47.383, quanto no 44.844, autuação que hoje ela é feita com base no porte do empreendimento, então, às vezes, o empreendimento ainda tem um potencial poluidor pequeno, mas o porte é grande, então o valor do Auto de Infração é relacionado ao porte; e os prazos de protocolo de condicionantes, que a gente até montou uma tabelinha para que ele possa saber interpretar corretamente, se o protocolo é anual ou se o protocolo, a condicionante vem redigida: ‘Elaborar semestralmente’, ‘Protocolar anualmente’, então que ele possa estar sabendo certinho, para poder fazer certinho, ok? E aí a gente está, nós, do Núcleo de Controle Ambiental, da fiscalização, da regularização, estamos disponíveis também para tirar dúvida, que as pessoas possam realmente verificar que o mais importante é que a gente priorize a preservação do meio ambiente, mais do que todo procedimento administrativo, que é o que a gente tem para fazer esse acompanhamento, ela ter isso como responsabilidade, porque o meio ambiente, ele é um bem comum, ele é de todos. Então se ele está poluindo, ele não está poluindo algo que é dele, ele está poluindo algo que é nosso, de nossos filhos. Então é muito importante que todos nós, nossa prioridade, além de fazer esses acompanhamentos, é levar o empreendedor a compreender que ele tem que evitar a poluição ambiental. Que a gente possa melhorar a qualidade do meio ambiente através desse acompanhamento e mostrar para a sociedade que realmente a SEMAD está comprometida em fazer esse acompanhamento dos empreendimentos já licenciados, ok? Era isso. Obrigada.” Presidente Edno César da Silveira: “Ok, Vanessa. Muito obrigado.”

6. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE AUTOS DE INFRAÇÃO. Presidente Edno César da Silveira: “Vamos para o item 6, os Processos Administrativos para Exames de Recurso de Autos de Infração. 6.1 – eu vou ler toda a pauta, e a gente vai informando os destaques, a gente vai marcando, ok? – **6.1: Scalon e Cerchi Ltda. Unidade III - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Patrocínio/MG - PA/Nº CAP 439215/18 - AI/Nº 15854/2016. Apresentação: Supram TMAP.** É um retorno de vistas pelo Conselheiro Thiago Alves do Nascimento, representante da FIEMG. Esse processo está sendo retirado de pauta. É porque ele foi quitado, ok? **6.2: Agropecuária Naviraí Ltda. Bovinocultura e culturas anuais - Uberaba/MG - PA/Nº CAP 439945/18 - AI/Nº 50028/2016. Apresentação: Supram TMAP.**” Conselheiro Tenente Patrício Renato Ferreira: “Destaque. Se quiser até adiantar o meu destaque, é uma abstenção, tá? Por se tratar

de um auto lavrado pela Polícia de Meio Ambiente.” Presidente Edno César da Silveira: “6.3: **Silvia Fernandes de Resende, Suinocultura. Indianópolis/MG - PA/Nº CAP 479525/18 - AI/Nº 26002/2015. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 6.4: JBS S/A - Fabricação de couro semiacabado - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 441682/18 - AI/Nº 26111/2016. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 6.5: Comercial Raul Oliveira Ltda. Posto revendedor de combustíveis - Ipiacú/MG - PA/Nº CAP 442308/18 - AI/Nº 26190/2016. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Também retirado de pauta, pelo fato de não ter pago a taxa de expediente para análise. 6.6: Comercial Raul Oliveira Ltda. Posto revendedor de combustíveis - Ipiacú/MG - PA/Nº CAP 442310/18 - AI/Nº 26189/2016. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Também retirado de pauta, pelo mesmo motivo, não houve pagamento de taxa de expediente para análise. 6.7: Agrícola Santa Juliana Ltda.- Suinocultura, bovinocultura e culturas anuais - Araguari/MG - PA/Nº CAP 441396/18 - AI/Nº 26110/2016. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 6.8: Macedo & Souza Ltda. Posto revendedor de combustíveis - Campina Verde/MG - PA/Nº CAP 437439/15 - AI/Nº 06030/2015. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Também retirado de pauta. 6.9: José Rodrigues Vieira - Avicultura de corte - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 560047/18 - AI/Nº 23645/2015. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Esse já existe um destaque da Supram. 6.10: Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda. - Coopatos - Formulação de rações para animais - Patos de Minas/MG - PA/Nº CAP 490366/18 - AI/Nº 26133/2016. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.” Conselheiro Thiago Alves do Nascimento: “Destaque.” Presidente Edno César da Silveira: “6.11 **José Ernesto Cadelca - Culturas anuais - Santa Juliana/MG - PA/Nº CAP 444363/18 - AI/Nº 26117/2016. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 7. Processos Administrativos para exame de requerimento para Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento Ambiental. Presidente Edno César da Silveira: “Passamos para os itens 7: Processos Administrativos para Exame de Requerimento Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento Ambiental. 7.1: **Reginaldo Baptista/Fazenda Berrador, Bravinhos, Almas e Capão dos Porcos - Agropecuária - Carmo do Paranaíba/MG - PA/Nº 11030000163/14 - Área de RL: 22,5200 ha - APP: 13,6922 ha - Área Requerida: 2,2531 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio******

381 de Regeneração: Médio. Apresentação: Unidade de Biodiversidade
 382 Alto Paranaíba. Item 7.2: Vandelino Alves Pereira/Fazenda Furnas -
 383 Agricultura - Arapuá/MG - PA/Nº 11030000305/18 - Área de RL: 0,0000
 384 ha - APP: 0,0000 ha - Área Requerida: 2,0499 ha - Área Passível de
 385 Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
 386 Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração: Médio.
 387 Apresentação: Unidade Regional de Floresta e Biodiversidade Alto
 388 Paranaíba. 7.3: Edmar Veloso Silva/Fazenda Baixada da Lage ou
 389 Perobas - Agropecuária - Arapuá/MG - PA/Nº 11030000160/17 - Área
 390 de RL: 0,0000 ha - APP: 0,0000 ha - Área Requerida: 0,6000 ha - Área
 391 Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
 392 Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração: Médio.
 393 Apresentação: Unidade de Biodiversidade do Alto Paranaíba. 7.4:
 394 Fernando da Costa Barbosa/Fazenda Silvério Dias, Gleba 4 - Pecuária
 395 - Uberlândia/MG - PA/Nº 06050000315/17 - Área de RL: 0,5500 ha -
 396 APP: 1,4201 ha - Área Requerida: 0,0492 ha - Área Passível de
 397 Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
 398 Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração: Médio.
 399 Apresentação: URFBio Triângulo. 7.5: Fernando da Costa
 400 Barbosa/Fazenda Sobradinho - Pecuária - Uberlândia/MG - PA/Nº
 401 06050000453/17 - Área de RL: 5,0000 ha - APP: 10,0533 ha - Área
 402 Requerida: 0,1298 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.
 403 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana. Estágio de
 404 Regeneração: Médio a Avançado. Apresentação: URFBio Triângulo.
 405 7.6: Alaor Francelino da Silva/Fazenda Francelina - Pecuária -
 406 Araguari/MG - PA/Nº 06050000107/17 - Área de RL: 26,0000 ha - APP:
 407 7,0295 ha - Área Requerida: 9,0000 ha - Área Passível de Aprovação:
 408 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana.
 409 Estágio de Regeneração: Médio a Avançado. Apresentação: URFBio
 410 Triângulo. 7.7: José Humberto de Resende/Fazenda Varginha -
 411 Pecuária - Nova Ponte/MG - PA/Nº 06050000087/18 - Área de RL:
 412 13,5600 ha - APP: 4,7100 ha - Área Requerida: 0,1200 ha - Área
 413 Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
 414 Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração: Médio a Avançado.
 415 Apresentação: URFBio Triângulo. 7.8: Renato Vilas Boas
 416 Costa/Fazenda do Buriti, lugar denominado Invernada do Buriti -
 417 Pecuária - Uberlândia/MG - PA/Nº 06050000124/18 - Área de RL: 0,4987
 418 ha - APP: 1,3433 ha - Área Requerida: 0,3000 ha - Área Passível de
 419 Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
 420 Semidecidual Montana. Estágio de Regeneração: Médio a Avançado.
 421 Apresentação: URFBio Triângulo. 7.9: Mauro Belisário Barreiros da
 422 Cunha/Fazenda Patrona - Pecuária - Araguari/MG - PA/Nº
 423 06050000163/17 - Área de RL: 179,9300 ha - APP: 30,0000 ha - Área

Requerida: 1,0649 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.
 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana. Estágio de
 Regeneração: Médio e Avançado. Apresentação: URFBio Triângulo.
 7.10: CEMIG Geração e Transmissão S/A - Geração de Energia -
 Araporã/MG - PA/Nº 06020000088/19 - Área de RL: 0,0000 ha - APP:
 0,0000ha - Área Requerida: 0,0010 ha - Área Passível de Aprovação:
 0,0010 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana.
 Estágio de Regeneração: Médio a Avançado. Apresentação: URFBio
 Triângulo. 7.11: Carlos Antônio Costa/Fazenda Ponte Nova e
 Munjolinho, Gleba B1 - Chácara de Lazer - Uberlândia/MG - PA/Nº
 06050000334/17 - Área de RL: 0,5200 ha - APP: 0,0000 ha - Área
 Requerida: 0,1075 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.
 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana. Estágio de
 Regeneração: Médio e Avançado. Apresentação: URFBio Triângulo.
 Vamos agora, antes do destaque, fazer a votação dos seguintes itens: 6.2,
 6.3, 6.4, 6.7, 6.11, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10 e 7.11.
 Aqueles que são contrários, que se manifestem. Os que estão a favor, que
 se mantenham como estão.” Conselheiro Thiago Alves do Nascimento:
 “Voto contrário nos itens supramencionados em razão da correção
 monetária, no caso ser aplicada pela taxa Selic, conforme os fundamentos
 aqui já anteriormente explicitados em outras reuniões. E na questão do
 6.3, 6.4, também por, até uma questão que eu gostaria de solicitar, não
 tive acesso ao Auto de Infração e aí não consegui entender se poderia ter
 alegado aí a intercorrência do prazo. Mas já peço, se for possível, quando
 os processos forem disponibilizados, também colocar o Auto de Infração
 para nós. Então voto contrário, fundamentado pela aplicação do reajuste
 pela Selic. Todos. Todos os itens de Auto de Infração.” Presidente Edno
César da Silveira: “Portanto, aprovado...” Conselheiro Carlos Valera: “Em
 razão do artigo 11 do ato 02 da Corregedoria, abstenção em todos os
 itens.” Conselheiro Gilberto Carlos de Freitas: “Abstenção.” Presidente
Edno César da Silveira: “Todos os itens?” Conselheiro Thiago Alves do
Nascimento: “Gustavo, em tempo, 6.9, abstenção, tá?” Conselheiro Willian
Pereira Rodrigues: “Item 6.11, abstenção.” Presidente Edno César da
Silveira: “Não havendo mais nenhuma manifestação, aprovados por
 maioria. Passamos agora ao item 6.9, destaque Supram.” Gustavo,
Supram TMAP: “O destaque é apenas para fazer uma correção no
 parecer, aonde consta na página 3 do parecer, retirada da manifestação,
 foi feita do texto da seguinte forma: ‘As mesmas teriam sido plantadas
 entre março a outubro de 2014’. Foi equivocadamente citado lá esse
 trecho, mas esse trecho se tratava de um outro laudo elaborado pela
 EMATER, que não fundamenta o parecer. Na verdade, ele seria até
 contrário. Então, a retirada desse trecho, do que diz na página 3 do
 parecer relativo ao item 6.9, opinando ainda pela manutenção do

467 improvimento do recurso, está ok?” Presidente Edno César da Silveira:
 468 “Ok. Coloco em votação o item 6.9. Aqueles que são contrários, se
 469 manifestem. Os que são a favor, permaneçam como estão. 6.9.”
 470 Conselheiro Carlos Valera: “Pelas mesmas razões, abstenção.”
 471 Conselheiro Eduardo Monteiro Correa: “Abstenção.” Conselheiro Thiago
 472 Alves do Nascimento: “Abstenção.” Conselheiro Gilberto Carlos de Freitas:
 473 “Abstenção.” Presidente Edno César da Silveira: “Ok. Parecer aprovado
 474 por maioria. 6.10, destaque para o Thiago da FIEMG.” Conselheiro Thiago
 475 Alves do Nascimento: “Gentileza, disponibilizar Vista em razão, gostaria de
 476 entender mais sobre a questão da cooperativa, assinatura de algum
 477 acordo com a SEMAD. Vou fazer um relatório de vista.” Presidente Edno
 478 César da Silveira: “Ok, concedida à vista do item 6.10. Ok, findada a
 479 reunião, se alguém tiver alguma manifestação, está em aberto. Os
 480 conselheiros. Não havendo manifestação, agradeço a presença de todos,
 481 dos conselheiros, da mesa. Ok? Está encerrada a reunião, muito
 482 obrigada.” Kamila, Supram TMAP: “Junto com a equipe de professores da
 483 UNESP, então nós vamos ter aí, nos próximos meses, um curso referente,
 484 eu não me lembro o nome do curso, se vai lembrar direitinho, sobre gestão
 485 do uso dos solos, que isso vai poder ser muito interessante para aplicação,
 486 ou pelo menos para a gente ter um entendimento melhor aí na análise dos
 487 nossos processos, tá? Então agradeço ao Doutor Carlos, por sempre ter
 488 essa sensibilidade com a nossa equipe, e a gente espera, com isso, criar,
 489 abrir aí um debate interessante sobre essas questões, inclusive nesse
 490 momento que a gente está passando agora, que essa questão ambiental
 491 realmente agora é pauta de discussão em qualquer setor. Então era para
 492 dizer isso para vocês. Ah, e eu queria aproveitar e pedir para o pessoal da
 493 FAEMG e FIEMG que essa apresentação do NUCAM fosse estendida na
 494 seara de vocês, porque eu acho que, com isso, a gente diminui inclusive
 495 os Autos de Infração, porque, uma coisa, pessoal, é descumprir
 496 condicionante e causar poluição, uma coisa é ele cumprir e cumprir fora do
 497 prazo. A gente tem que evitar isso. Acho que a informação, como a
 498 Vanessa colocou, é chave para resolver essa questão. Então eu acho que
 499 a gente precisa apresentar isso para vocês, que vocês fomentem isso
 500 conosco, para essa informação chegar para todos eles. Doutor Carlos,
 501 você quer também complementar, por gentileza?” Conselheiro Carlos
 502 Valera: “Pessoal, parabéns, viu? Vocês estão muito... Como a Kamila
 503 falou, nós, do Ministério Público, estamos voltando os olhos para a
 504 governança do uso e ocupação do solo. Os dados são superlativos e
 505 impressionam. Nós estamos fazendo um piloto no que tange à pastagens
 506 degradadas, estamos nos deparando com dados de 100 milhões de
 507 hectares de pastagem degradada, em uma matriz produtiva de 270
 508 milhões. E aí nós vimos um discurso, na nossa visão, absolutamente
 509 equivocado, no sentido de flexibilizar regras ambientais, quando nós

510 podemos trazer de volta esses 100 milhões do *imput* da nossa cadeia
511 produtiva e ter uma moratória positiva de mais de 100 anos sem qualquer
512 tipo de desmatamento. Com base nessa premissa, e apoiado na expertise
513 da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, a UNESP,
514 especificamente o campus de Jaboticabal, nós oferecemos e agradecemos
515 a generosidade da Kamila e da equipe técnica de ter aceitado, nós vamos
516 então estabelecer uma capacitação, aonde nós vamos tentar construir uma
517 condicionante que se aplique de forma efetiva, e não mais abstrata e
518 etérea, para proteção, conservação do solo, e também, se tudo correr
519 bem, nós construímos um programa de auto monitoramento. Deixar uma
520 coisa clara, e eu vou invocar aqui o testemunho do Willian, que estava
521 comigo na reunião de quarta-feira do Comam de Uberaba, a nossa ideia, e
522 eu vou falar isso de público e viva-voz, não é nenhuma caça às bruxas ao
523 setor pecuário, ao setor agrosilvopastoril, enfim, nossa ideia é construir
524 uma ambiência onde nós vamos mostrar, obviamente, para aqueles que
525 querem serem convencidos, que não conservar o solo é jogar dinheiro
526 fora. Não conservar o solo é eutrofizar o seu recurso hídrico. Não
527 conservar o solo é você ter redução de biomassa no engorde do seu
528 rebanho pecuário. Enfim. O pessoal que vem ministrar são profissionais de
529 alta gabaritação, com geotecnologia, onde nós podemos mostrar isso
530 para o setor produtivo, e eu vou contar muito com o apoio do setor
531 produtivo, com dados primários. Nós temos possibilidade de mostrar isso
532 com dados primários, ou seja, não há qualquer dúvida naquilo que nós
533 estamos dizendo e reafirmando que, conservar o solo, que é a base de
534 todos os ecossistemas, vai trazer ganho de produtividade, vai trazer ganho
535 ambiental. Então eu queria, mais uma vez, viu, Kamila? Na sua pessoa,
536 registrar o agradecimento, porque a Supram poderia ter simplesmente dito:
537 'Não, nós não queremos', a Kamila, generosamente, junto com a equipe
538 aceitou. Então nós começamos agora, dia 17, vai ser o nosso primeiro
539 encontro, ele vai se estender pelo mês de maio e junho e, se der certo, e
540 nós temos fé em Deus que dará, nós vamos transformar isso em um
541 programa nacional. Isso vai ser transformado em um EAD e nós vamos
542 disponibilizar para o Brasil inteiro, para todos os órgãos ambientais, para
543 todas as polícias ambientais, para todas as secretarias municipais essa
544 capacitação. E só para ponto finalizar, para vocês terem noção da
545 gravidade, um solo não manejado custa 70 dólares para cada habitante do
546 planeta. Então o Brasil tem 200 milhões de habitantes, nós temos aí uma
547 perda extremamente significativa. Os dados que serão apresentados, de
548 pastagem agora mais especificamente, nós vamos mostrar que,
549 dependendo da formação geológica, há uma perda anual de 1.000 reais
550 por hectare. 1.000 reais. Para vocês terem noção do que é isso em
551 economia rural, o leite dá hoje uma rentabilidade de 250 reais na média.
552 Então vejam que a ideia nossa é mudar o foco de comando e controle, de

553 TAC, de ação civil pública para o convencimento pautado no viés
 554 econômico. Então, ou seja, nós vamos mostrar para o produtor rural que
 555 se ele não conservar os seus recursos naturais, ele está, literalmente,
 556 jogando o seu dinheiro fora. E eu queria então reiterar os meus
 557 agradecimentos e me colocar à disposição para que vocês possam fazer
 558 críticas, sugestões, e depois, obviamente, esse material, ele vai, como nós
 559 estamos patrocinando com recursos de termos de ajustes de conduta, ele
 560 vai ficar disponível e nós vamos disponibilizar para todos os Conselheiros
 561 e para todos os integrantes do SISEMA. Muito obrigado.” Conselheiro
 562 Antônio Geraldo de Oliveira: “Bom, as gestões municipais poderão
 563 participar junto, no mesmo curso? Que eu acho de suma importância,
 564 porque muitos municípios estão assumindo gestão de meio ambiente.
 565 Acho que isso é importante, que o pessoal da Secretaria de Meio
 566 Ambiente municipais participarem.” Kamila, Supram TMAP: “Senhor
 567 Antônio Geraldo, sem dúvida. É importante. Mas esse primeiro momento é
 568 um piloto, tá? E a gente, com certeza, vai abrir isso para outras SUPRAMs
 569 e talvez, nesse segundo momento, a gente chame todos os municípios
 570 que têm aí a competência originária para trabalhar também conosco. A
 571 gente quer sentir, quer entender, quer saber das contribuições da Supram,
 572 às vezes até mudar alguma coisa em relação ao projeto. Então, nesse
 573 piloto a gente realmente vai restringir aqui à nossa equipe.” Presidente
 574 Edno César da Silveira: “Ok, Kamila. Muito obrigado.” Conselheiro Thiago
 575 Alves do Nascimento: “Só para complementar, para a gente finalizar
 576 mesmo. A FIEMG se coloca à disposição para ajudar no campo, na
 577 questão da fiscalização preventiva. Vamos formatar uma capacitação,
 578 vamos levar o empresário lá para o dentro, chamar o CREA, vamos
 579 chamar OAB, vamos chamar os parceiros, vamos trazer a capacitação
 580 para esse pessoal, o lançamento. E estamos à disposição, como sempre
 581 estivemos. Espero que seja um sucesso. Muito obrigado.” **8.**
 582 **ENCERRAMENTO.** Presidente Edno César da Silveira: “Ok, Kamila. Muito
 583 obrigado. E agradeço também ao Ministério Público por essa parceria
 584 constante, que nos ajuda muito na proteção ambiental. Agradecer à
 585 universidade também por essa oportunidade e falar que, nos meus 35
 586 anos de trabalho, e muitos no campo, a gente verifica essa questão de
 587 conservação do solo. Eu sempre disse aos proprietários que é tão
 588 importante quanto à preservação de uma reserva legal e de uma mata
 589 ciliar, uma proteção de nascente, é a conservação de solo, porque, se
 590 você não fizer a conservação de solo, nada disso dessas outras coisas
 591 adianta, elas são destruídas. Então é essencial isso. Ok? E desejar a
 592 todos um bom final de semana e um bom retorno. Que Deus nos proteja.
 593 Uma boa viagem a todos. Muito obrigado.”

**** * * * *

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Diogo Soares de Melo Franco